



Passivas no Português de Moçambique e Normas no Ensino

Passives in Portuguese of Mozambique and Norms in Teaching

ISSN: 2310-0036

Vol. 13 | Nº. 2 | 2022

Arlindo Malize

Universidade Rovuma

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo geral compreender a coabitação do Português de Moçambique (PM) e do Português Europeu (PE) como normas usadas no ensino, que se manifesta através de variantes concorrentes à categoria de passivas com verbos ditransitivos (passiva dativa), em contextos formais de uso da língua. O mesmo será articulado pelos seguintes objectivos específicos: a) descrever a variação e mudança linguística à luz da Linguística Variacionista de Labov; b) discutir conceitos de norma normal e norma normativa; c) demonstrar a variação linguística ao nível sintáctico entre o PE e o PM; d) analisar seu impacto no ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas e; e) propor metodologias de ensino da língua em sala de aulas. O estudo orientou-se pela abordagem mista assente na descrição e interpretação de realizações linguísticas do PM (abordagem qualitativa) e na análise de frequências das variantes concorrentes para a categoria em apreço (abordagem quantitativa). Os dados para análise consistiram em extractos linguísticos colectados de forma aleatória a partir de jornais, com os quais avaliámos o nível de ocorrência das variantes da passiva com verbos ditransitivos no PM e no PE, em contextos formais de uso da língua em Moçambique.

Palavras-chave: Coabitação, Normas, Passiva Dativa, Português.

Abstract

The present article aims to understand the phenomenon of cohabitation of Mozambican and European Portuguese as norms in use in teaching, manifested by the competing variants to the linguistic category of *passives with ditransitive verbs* (dative passive), in formal contexts of language use. This aim will be articulated by specific objectives that follow: a) describe language variation and change in the light of Labov Variationist Linguistics; b) discuss the concept of *normal* and *normative* norms; c) demonstrate language variation at the syntactic level between European and Mozambican Portuguese; d) analyse its impact on the teaching and learning process of Portuguese language at schools and; e) propose methodologies for teaching the language in class. The study was conducted under mixed approach, comprising the description and interpretation of linguistic realization of Mozambican Portuguese (*qualitative approach*) and; the analysis of frequencies of competing variants for the category under study (*quantitative approach*). The data consisted of linguistic extracts collected randomly from newspapers in which we evaluated the occurrence level of variants of passives with ditransitive verbs in Mozambican and European Portuguese, in formal contexts of language use in Mozambique.

Keywords: Cohabitation, Norms, Dative Passive, Portuguese



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

I. Introdução

Moçambique é um país multilingue localizado na África Austral, com uma variedade de línguas autóctones de origem bantu. De acordo com NELIMO (1989), existem em Moçambique cerca de 20 línguas bantu, nomeadamente: Kiswahili, Kimwani, Shimakonde, Ciyawo, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabo, Cinyanja, Cisenga, Cinyungwe, Cisena, Cishona, Xitswa, Xitsonga, Gitonga, Cicopi, Xironga, Swazi e Zulu, faladas por cerca de 85.2% da população (MINED, 2010). Contudo, segundo Ngunga (2004), o número de línguas bantu em Moçambique é ainda controverso devido ao facto de as mesmas não terem sido todas inventariadas por Guthrie (1948) e os censos populacionais de 1980 e 1997 confirmarem a existência de outras línguas locais não registadas. Para além das línguas nativas, existem no país, embora em percentagem reduzida, cidadãos moçambicanos falantes de línguas de origem asiática como o árabe, hindi, gujarat, urdu e konkani, bem como o português oriundo da Europa, fazendo parte do acervo linguístico moçambicano como línguas nacionais. Acrescido a este cenário, no sector de educação, o inglês e o francês são leccionados como disciplinas curriculares (o inglês no ensino primário e ensino secundário geral e, o francês no ensino secundário geral), e como línguas de instrução no ensino superior.

Diante desta diversidade linguística, o governo moçambicano instituiu o português em 1975 como língua oficial, cujos objectivos fundamentais são: garantir a defesa da independência e da soberania; consolidação da unidade nacional; edificação de uma sociedade de justiça social e criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos; estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos; entre outros (Constituição da República, 2004, Artigos 10 e 11). O contacto do português com outras línguas moçambicanas de origem bantu e asiática resultou, no decorrer do tempo, em transferências e/ ou interferências linguísticas ao nível lexical, morfológico, fonológico, semântico e sintáctico, conferindo-lhe um figurino próprio distanciado do PE ensinado e usado nas escolas como língua de instrução. Por esta via, os moçambicanos, não só se foram apoderando de forma consciente e/ ou espontânea de um instrumento de comunicação para o uso quotidiano, como também transformaram a língua portuguesa num símbolo de sua identidade, associando-a aos hábitos e às tradições das suas línguas bantu, processo ao qual Firmino (2008) chamou de nativização do português. Deste processo nasce uma nova variante do português que mais tarde passou a designar-se por português de Moçambique, ou simplesmente PM. Uma das mudanças

linguísticas que ocorreram no processo de nativização do PE operou-se ao nível da estrutura sintáctico-semântica das passivas com verbos ditransitivos em que se regista a falta de concordância entre o sujeito sintáctico e a forma participial do verbo, bem como o uso do argumento interno com a função de objecto indirecto como sujeito da passiva, uma construção típica no PM, norma normal de uso corrente pelos falantes moçambicanos. Por exemplo, é comum ouvir-se dos moçambicanos, enunciados como (1) “*Fui oferecido um brinde em recarga de 100mt pela Vodacom”; (2) “*A Rabeca foi devolvida todo dinheiro que havia sido roubado”. Estas construções são anómalas à luz da gramática do PE, gerando assim alguma interferência na comunicação, num contexto em que as duas normas coabitam.

É neste âmbito que o presente artigo discute resultados de uma reflexão realizada em torno desta matéria, cujo objectivo geral é compreender a coabitação do PM e do PE que se manifesta através de variantes concorrentes para as diferentes categorias linguísticas do português, muito em particular à categoria de *passivas com verbos ditransitivos*, em contextos formais de uso da língua. O mesmo é articulado pelos objectivos específicos que se seguem: a) descrever os processos de variação e mudança linguística à luz da Linguística Variacionista de Labov; b) discutir os conceitos de norma *normal* e norma *normativa*; c) demonstrar o processo de variação linguística de nível sintáctico entre o PE e o PM no que tange à estrutura de passivas com verbos ditransitivos; d) analisar seu impacto no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas e; e) propor metodologias de ensino de língua em sala de aulas. Entretanto, a análise deste fenómeno linguístico começa com a descrição do referencial teórico que nos permitirá situar o estudo no contexto de outros já realizados sobre a mesma matéria, passando posteriormente à descrição da abordagem metodológica aplicada no estudo. Posto isto, fez-se a apresentação e análise dos extractos linguísticos, seguidas da discussão dos resultados e, por fim, apresentam-se as conclusões do estudo. De sublinhar que o termo *coabitação* neste artigo concatena dois significados que se referem, tanto à coexistência das línguas nacionais de origem bantu e asiática, do PM e do PE no mesmo espaço geográfico que se chama Moçambique; quanto à convivência das mesmas em contextos sociais diversificados, como por exemplo, no ensino, nos media, etc., conforme se descreve nas secções mais adiante.

II. Referencial teórico

2.1. Multilinguismo e línguas em contacto

Os grandes movimentos migratórios de população têm caracterizado a dinâmica e o desenvolvimento social desde os primórdios da humanidade. Milhares de pessoas partem de suas zonas de origem para

outros pontos do planeta, movidos por factores de vária ordem, tais como: colonização, guerras, interesses comerciais, missões religiosas, a procura por um emprego ou melhores condições de vida, entre outros. Estes factores fazem com que as populações imigrantes se adaptem às novas realidades culturais e linguísticas do novo meio em que se inserem, abrindo espaço para a ocorrência de fenómenos linguísticos como *language shift*¹, *code-switching*², empréstimo e transferência (Ponso, 2017). Na perspectiva deste autor, este é um processo natural em ambientes multilingues, resultante de línguas em contacto. Contudo, os problemas linguísticos começam a emergir na medida em que entre falantes das diferentes línguas, variantes ou normas se desenvolvem relações de poder que muitas vezes se manifestam por meio das próprias línguas, descambando para o linguicismo³. Ou seja, atribui-se a certas línguas privilégios ou estatutos superiores em relação às outras, surgindo assim terminologias como línguas maioritárias, minoritárias ou minorizadas (Wendel & Heinrich, 2012).

2.1.1. Variação e mudança linguística

Os fenómenos linguísticos acima mencionados constituem, na sua maioria, factores exógenos de alterações por que passa uma determinada língua. Todavia, existem igualmente factores endógenos da língua que podem originar mudanças na sua estrutura. Quer as causas internas, assim como as externas podem conjuntamente ser analisadas com mais clareza, tomando como base os conceitos de variação e mudança linguística que são termos correlatos. De acordo com Labov (1972), citado por Gorski et al (2010:23), variação linguística “ é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade, i.e., com o mesmo significado.” As duas formas mencionadas na citação referem-se às palavras (variantes), pertencentes a uma dada categoria linguística (variável) que, na fala ou na escrita, concorrem para representar a variável a que elas pertencem (Gorski et al, op. cit.).

A expressão *segunda pessoa do plural*, por exemplo, é uma variável da qual fazem parte as variantes *vocês* e *vós*. Ambas representam a variação linguística que ocorre na classe dos pronomes da segunda pessoa do plural. Em princípio, o primeiro é usado frequentemente em contextos informais e o segundo em ocasiões de cortesia. Porém, no PM falado e escrito actualmente, por exemplo, o pronome *vós* está parcial e/ou completamente sendo substituído pelo pronome *vocês* que é aplicado com mais frequência

¹ Segundo Garret (2006), a expressão *language shift* refere-se a uma situação em que uma comunidade de falantes de uma língua efectivamente abandona uma língua passando a usar uma outra (não necessariamente por uma escolha consciente).

² Na óptica de Grosjean (1982), *codeswitching* corresponde ao uso de forma alternada de duas ou mais línguas por um falante numa sessão de conversa.

em contextos tanto formais como informais. É a isto que Gorski et al (2010) chamou de mudança linguística, isto é, substituição paulatina de um termo linguístico por outro, ao longo do tempo. É preciso salientar que para que haja uma mudança, é necessário que tenha havido variação. Mas, nem toda a variação vai resultar em mudança de um termo para o outro porque há variações que perduram por muito tempo ou para sempre numa dada língua.

2.1.2. Tipos de variação linguística

A língua é uma ferramenta de comunicação em processo contínuo de construção e não objecto acabado. Ela vai sempre se adaptando ao contexto em que é usada, em função de factores extralinguísticos, tais como: estratos sociais, faixa etária, classes profissionais, nível de escolaridade e a diferenciação do espaço geográfico. Destes factores, conforme descreve Souza (2010), emergem tipos de variações sociolinguísticas que integram variação diafásica ou estilística (uso da língua em contextos formais e informais); diatópica (variação da língua de acordo com o espaço geográfico) e; variação diastrática (em função de estratos sociais ou classes de profissão). Estas tipologias de variações, em conjugação com as variações resultantes das línguas em contacto (estrangeirismos, empréstimos, transferências, etc.) actuam em diferentes variáveis ou níveis de língua que envolvem o morfológico, o fonológico, o lexical, o semântico e o sintáctico, dando azo ao surgimento de diferentes normas numa mesma língua.

2.1.3. Norma normal vs. norma normativa

O conceito de *norma* ainda tem suscitado posições divergentes entre os linguistas até então. De acordo com Bagno (2012), a palavra *norma* é tomada, por um lado, na perspectiva de um conjunto de regras linguísticas pré-estabelecidas em gramáticas, dicionários e livros escolares, com o intuito de regular toda a actividade discursiva (a fala) ou escrita dos utentes duma língua. A norma concebida neste sentido é também designada por *norma normativa*. Ou seja, é um conceito ideal e abstracto que predomina mais na forma escrita e que muito pouco se concretiza no quotidiano dos falantes. Por outro, o termo *norma* também se refere às manifestações linguísticas de uso corrente e observáveis no dia a dia dos falantes da língua, que têm a designação de *norma normal*. Esta transcende a normativa no que concerne à frequência no seu uso pelos falantes da língua (Monteagudo, 2011).

³ Termo usado por Skutnabb-Kangas (1988) que significa discriminação entre línguas, também designada por etnocismo.

Lima (1989) e Bechara (1999), por sua vez, designam a norma normativa de *norma culta*, a mais correcta e civilizada, contida em gramáticas e dicionários, usada por escritores. Enquanto isso, Bagno (op. cit.) considera norma culta um termo técnico que se refere à linguagem empregue por falantes de educação superior completa. O termo *norma culta* é também de cunho discriminatório por implicação do seu significado. Ou seja, se existe uma norma considerada culta, assume-se em contrapartida a existência de outras normas “incultas”, facto que não corresponde à verdade porque não existem línguas ou culturas superiores às outras. Ademais, a suposta norma culta dá mais primazia à escrita do que a oralidade, invertendo a ordem lógica e normal do desenvolvimento das habilidades linguísticas, quer na aprendizagem das línguas, como na história do aparecimento da linguagem humana. Por estas duas razões, as discussões sobre a coabitação do PM e do PE em ambientes formais de uso da língua e seu impacto no ensino da língua portuguesa, no presente artigo, orientar-se-ão à luz dos conceitos de *norma normal* e *norma normativa*.

Conforme se fez referência em linhas anteriores, o PM nasce através da nativização do PE, um processo que deve ser encarado como algo normal, expectável e inevitável nas línguas em contacto, na medida em que a língua imigrante ou estrangeira, não só se faz presente no espaço geográfico da língua nativa, como também é acomodada no *modus vivendi* da tradição e da cultura das línguas bantu, maioritárias no verdadeiro sentido do termo, independentemente daquela (língua estrangeira) ter sido imposta ou não aos falantes nativos das línguas anfitriãs.

É neste âmbito que coexistem em Moçambique duas variantes do português, o PM e o PE. O PM foi assim, desde os primeiros momentos da sua aparição, a norma de uso corrente, um instrumento de comunicação no dia a dia da maioria dos moçambicanos e em contextos informais. O PE, norma considerada culta, foi desde sempre usada por uma minoria de moçambicanos nativos escolarizados e por portugueses de nacionalidade moçambicana adquirida, em ocasiões mais formais, como língua de trabalho e na educação como língua de instrução. Assim sendo, e segundo Monteagudo (2011), o PE é designado por norma normativa, pontualmente regida por regras prescritas na gramática, tornando-a em norma padrão ou modelo e, o PM, por norma normal, parcialmente desprovida e/ou descontextualizada das regras da gramática do PE, passando a ser regido maioritariamente pela gramática ou por hábitos de oralidade das línguas nativas por influência das mesmas, dando lugar ao processo da variação.

2.1.4. Variação sintáctica do português em Moçambique

As variações linguísticas, conforme a descrição na secção (2.1.2), operam-se a vários níveis do conhecimento da língua. Entretanto, é com as atenções viradas ao nível sintáctico que, no presente artigo, iremos analisar a estrutura sintáctica da passiva dativa no PM, sua ocorrência em contextos formais e seu impacto no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas. Para o efeito, tomaremos como ponto de partida o estudo da variável *passiva com verbos ditransitivos do PE*, para depois passar-se à análise da sua variante no PM.

2.1.5. Passiva com verbos ditransitivos (ou passiva dativa) no PE

Antes de uma descrição aprofundada sobre passivas com verbos ditransitivos no PE como variável, urge-nos apresentar, em linhas breves, o conceito de *frase passiva* e a elucidação das diferentes tipologias da mesma. Assim sendo, frase passiva, também designada por *diátese passiva*, é toda oração em que a situação descrita pelo verbo é perspectivada a partir do seu argumento interno directo (objecto directo), preservando o conteúdo proposicional da sua diátese activa correspondente (Mateus et al, 2003). Estrela (2013) distingue quatro categorias da estrutura passiva em português, nomeadamente: eventiva, adjectival, pronominal e infinitiva. A passiva eventiva, também conhecida por passiva sintáctica ou passiva de ser, segundo Mateus et. al. (op. cit.), subcategoriza-se, por sua vez, em passivas pessoais e impessoais, conforme ilustram os exemplos das frases que se seguem:

- (1) A Astrazeneca foi rejeitada por alguns sul-africanos.
- (2) Foi rejeitada a Astrazeneca por alguns sul-africanos.

As frases (1) e (2) acima representam passivas eventivas pessoal e impessoal, respectivamente. A principal diferença entre elas é que nas eventivas pessoais exemplificadas em (1), o argumento interno directo (Astrazeneca) ocupa a posição inicial da frase como sujeito da mesma. Nas eventivas impessoais ilustradas em (2), o argumento interno directo ocupa uma posição pós-verbal, isto é, logo depois da forma participial do verbo. Em ambos os casos, os sujeitos sintácticos obedecem aos traços de acordo (pessoa e número), garantindo a marcação de casos nas frases (Duarte, 2003). De salientar ainda que as passivas impessoais não só derivam de diátesses activas com verbos transitivos, como também de construções na forma activa com verbos ditransitivos que seleccionam um argumento externo com a função de sujeito; um argumento interno directo e um argumento interno regido por preposição, com as funções sintácticas de objecto directo e objecto indirecto, respectivamente, conforme indicam os exemplos abaixo:

- (3) Foram-lhe entregues as máscaras pela equipe da saúde.

- (4) É-nos oferecida uma maçã diariamente.

Quer nas passivas impessoais com verbos transitivos, quer nas impessoais com verbos ditransitivos, o argumento interno directo sempre aparece na mesma posição pós-verbal, concordando em número e em pessoa com o verbo da frase. A diferença entre elas reside no facto de nestas (passivas impessoais ditransitivas) o argumento interno preposicionado estar acoplado ao verbo auxiliar, tomando a forma de pronome dativo e, naquelas (passivas impessoais transitivas) não, simplesmente pelo facto de os verbos transitivos subcategorizarem apenas um e único argumento interno directo com a função sintáctica de OD.

De salientar que no português europeu, a posição do sujeito sintáctico em passivas eventivas impessoais com verbos ditransitivos é exclusivamente ocupada pelo argumento interno directo. O mesmo não acontece noutras línguas, por exemplo, em inglês e em algumas línguas bantu, em que a mesma posição do sujeito sintáctico pode ser preenchida alternadamente por ambos argumentos internos do verbo, nomeadamente o OD ou OI, consoante o enfoque do falante (Nhatuve & Mavota, 2021). De um modo geral, a opção pela diátese activa ou passiva (pessoal e impessoal) não é feita de forma impensada ou aleatória pelos falantes. De acordo com Estrela (2013), ela é motivada pelos princípios de *economia de tempo no discurso*; da *não equivalência total do significado entre as frases activas e passivas* e; do *princípio da focalização do falante ou sobre o processo/evento expresso pelo verbo, ou sobre a entidade envolvida no processo*.

III. Metodologia

3.1. Tipo de pesquisa

O presente artigo faz uma descrição reflexiva sobre a possível coabitação do PM e do PE em Moçambique que poderá culminar com a realização, a posterior, de um estudo mais ou menos pormenorizado sobre a matéria. Para o alcance dos objectivos acima definidos, o estudo assentou-se no paradigma estruturalista-funcionalista da língua, com o qual analisamos não só a formação da estrutura da passiva dativa no PM, como também o seu significado no contexto comunicacional dos moçambicanos. Nestes termos, a pesquisa foi de abordagem mista, focalizada tanto na descrição e interpretação das realizações linguísticas do PM contidas em excertos seleccionados, por forma a se perceber o fenómeno de coabitação de normas (*abordagem qualitativa*); quanto na análise das frequências das variantes concorrentes na língua para a variável *passiva com verbos ditransitivos* no PM

e no PE (*abordagem quantitativa*). Os excertos foram colectados a partir de documentos oficiais e/ou jornais porque a maior parte dos estudos realizados sobre o PM até então, conforme avança Gonçalves (2005), baseou-se na análise de dados recolhidos apenas de fontes informais, ou seja, da linguagem corrente do dia a dia dos moçambicanos. Para se ter uma visão mais ampla das características do PM, o estudo avaliou como é que a variável passiva dativa é igualmente produzida naquela norma em contextos formais, com referência às regras gramaticais do PE. A selecção das fontes de onde se extraiu o material linguístico foi feita de forma aleatória para garantir que elas tivessem a mesma possibilidade de serem seleccionadas para o estudo.

3.2. Procedimentos de análise de dados

Os trechos colectados passaram, numa primeira fase, por uma análise de conteúdo para se aferir o significado da passiva com verbos ditransitivos no PM e no PE. Posteriormente avaliou-se o nível de frequência da variante na categoria linguística em estudo no PM, em comparação com a frequência da variante concorrente no PE. Isso permitiu-nos averiguar o nível de coabitação das duas normas em Moçambique.

IV. Análise e interpretação de dados

A análise dos dados centrou-se num estudo contrastivo da passiva dativa produzida no PM e no PE, concretamente na interpretação do significado de frases naquela categoria e sua frequência no material linguístico colectado. Diferentemente do que acontece no português europeu, a variante da passiva dativa no emergente português de Moçambique toma outros contornos, fruto da variação linguística descrita anteriormente, conforme se pode constatar nos extractos abaixo:

“E como primeira acção, segundo soube o Diário da Zambézia, Pio Matos disse que não vai abdicar do edifício onde funciona o governo provincial (...). O que se sabia é que o novo governador iria ser entregue o edifício das Obras Públicas e Habitação...”⁴

A frase (...) o novo governador iria ser entregue o edifício das Obras Públicas e Habitação (...) extraída do trecho acima, se analisada de acordo com a regra da gramática do PE, constata-se que é uma construção anómala, na medida em que o sintagma nominal o novo governador, que é um argumento interno preposicionado com a função sintáctica de OI do verbo, ocupa a posição do sujeito sintáctico da frase,

⁴ Jornal Diário da Zambézia (DZ), 28 de Janeiro 2020, Edicao No 3.140

lugar reservado exclusivamente ao argumento interno directo o edifício das Obras Públicas e Habitação. Aquela frase é uma variante da variável passiva com verbos ditransitivos do PE, produzida no PM cuja contraparte no PE pode ser expressa de maneiras diferentes, a saber: a) o edifício das Obras Públicas e Habitação seria entregue ao novo governador; b) ao novo governador seria entregue o edifício das Obras Públicas e Habitação e, c) ser-lhe-ia entregue o novo edifício das Obras Públicas e Habitação. Este último exemplo de frase ocorre quando o argumento interno preposicionado é previamente determinado pelo contexto da frase e, para se evitar alguma redundância do mesmo ao longo do texto, ele é substituído pelo pronome pessoal correspondente. Situações similares acontecem nos extractos que a seguir se apresenta:

“Perante académicos, familiares e amigos, Sérgio Vieira agradeceu pela honra que lhe foi rendido mas aproveitou a ocasião para criticar a falta de valorização da história de Moçambique.”⁵

“A todas as disciplinas do nível 1 podem ser atribuídas códigos dentro da série 100 à 199(...)”⁶

No extracto do jornal O País (2019) a frase (...) *Sérgio Viera agradeceu pela honra que lhe foi rendido (...)*, para além do problema concernente à regência do verbo *agradecer* nela patente, a mesma apresenta igualmente a falta de concordância entre o nome *honra* e a forma participial do verbo *render* na oração relativa restritiva expressa na passiva. A sua variante concorrente no PE seria *Sérgio Vieira agradeceu – lhes (aos académicos, familiares e amigos) a honra que lhe foi rendida*. Ou seja, na oração relativa restritiva (...) *honra que lhe foi rendida (...)*, o nome *honra* é argumento interno directo do verbo *render* que passou a ocupar a posição do sujeito sintáctico da oração na forma passiva. O pronome dativo *lhe* substitui o nome *Sérgio Vieira* que é argumento interno preposicionado do verbo da oração e, o sintagma nominal com a função sintáctica de sujeito da activa, composto pelos nomes *académicos*, *familiares* e *amigos*, passou a complemento da preposição por núcleo do sintagma preposicional, cuja presença na oração passiva é opcional. Entretanto, o nome *honra*, sendo sujeito sintáctico da oração passiva, deve concordar com a forma participial do verbo *render* em número, pessoa e género. Esta situação está igualmente patente no excerto extraído do documento *Bases e Directrizes Curriculares para Cursos de Graduação na UniRovuma, 2019:32, Art. 43*, no qual é notória a discordância de género entre a forma verbal da oração *atribuir* e o objecto directo *códigos*.

⁵ Jornal O País, 20 de Dezembro de 2019, Edição No. 1.015.

⁶ Bases e Directrizes Curriculares para Cursos de Graduação na UniRovuma, 2019:32, Art 43.

Contrariamente ao que se constatou nos excertos anteriores, o extracto abaixo apresenta, embora de forma discreta, o problema de regência verbal em passivas com verbos ditransitivos, característico do PM.

“Aquele que se apresente em lugar público embriagado, rompendo os freios morais e pondo em perigo a segurança própria ou alheia, em virtude de ingestão ou consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias, será aplicada uma medida de detenção até 24 horas em estabelecimento policial.”⁷

Conforme se pode notar, o verbo principal da frase complexa transcrita neste trecho é *aplicar*. O mesmo é ditransitivo, expresso na forma passiva, subcategorizando dois argumentos internos, directo e indirecto, respectivamente o OD (*medida de detenção*) e o OI (*ao indivíduo embriagado*). À luz da gramática do PE, o objecto indirecto é regido por uma preposição que com ela formam o sintagma preposicional. Ainda na mesma frase, o objecto indirecto aparece colocado na posição inicial da frase, mas não regido pela respectiva preposição, facto que a torna anómala. Para que a frase seja gramatical e que tenha sentido, é preciso que se escreva o pronome demonstrativo *aquele* na sua forma contraída *àquele*, ou seja, junção da preposição *a* com o pronome demonstrativo *aquele*. De um modo geral, nota-se nos extractos acima analisados uma tendência para não observância das marcas de acordo entre o sujeito sintáctico e a forma participial dos verbos, bem como o total apagamento da preposição que antecede o objecto indirecto, quando este ocupa a posição inicial da frase em passivas dativas na variante do PM, fenómenos que lhe são característicos.

V. Coabitação do PM e do PE em Moçambique e seu Impacto no PEA

O PE e sua variante moçambicana começam a convergir paulatinamente e de forma espontânea para os mesmos contextos do uso da língua, quebrando, por conseguinte, as barreiras da formalidade. O exemplo deste fenómeno são os trechos apresentados acima que, embora contendo algumas sequências anómalas de palavras à luz da gramática do PE, mas típicas do PM, elas aparecem de forma recorrente em jornais e em tantos outros documentos oficiais normativos, evidenciando a coabitação das duas normas em ambientes formais de uso da língua portuguesa. Este fenómeno vai impactar negativamente e sobremaneira no sistema de ensino em Moçambique onde o PE é língua de instrução nas escolas. Quando um estudante em sala de aula, por exemplo, produz uma frase agramatical oralmente ou por escrito, o professor corrige-o, propondo-lhe a versão certa. Em contrapartida, e fora do ambiente escolar, o estudante pode deparar-se com discursos proferidos e/ou documentos oficiais

escritos fora dos cânones da gramática do PE e mergulhá-lo numa situação de total embaraço na percepção do conteúdo assimilado em sala de aula.

VI. Conclusões e recomendações

A emergência da variante moçambicana do português é um facto irreversível. O mesmo decorre das línguas em contacto que acarretam variações linguísticas a vários níveis, tais como: o morfológico, o fonológico, o lexical, o semântico e o sintáctico. São vários os estudos realizados sobre esta variante do português, na sua maioria direccionados às mudanças fonético-fonológicas e morfológicas. O presente artigo é resultado de um estudo realizado sobre variação sintáctica do PE para o PM, sobretudo na variável ou na categoria linguística da passiva com verbos ditransitivos, com objectivo de compreender o fenómeno de coabitação do PM e do PE em contextos formais de uso da língua oficial. Os resultados da análise do corpus linguístico indicam que as duas normas co-ocorrem em meios oficiais do uso do português, facto que pode gerar alguns transtornos no processo de ensino e aprendizagem, na medida em que a língua é usada como veículo de instrução nas escolas. Como forma de ultrapassar o problema em apreço, autores como Gonçalves (2005) e Nhatuve (2017) propõe a ideia da normatização do PM, por forma a atribuí-lo um estatuto próprio na conjuntura das línguas moçambicanas. Este processo consiste na descrição e sistematização dos traços fonético-fonológicos, morfossintácticos, semânticos e lexicais, típicos na variante moçambicana, com vista à produção de uma gramática do português de Moçambique. A outra medida seria fazer menção ao conteúdo linguístico do PM equivalente ao do PE, sempre que for necessário. Por esta via, far-se-ia a distinção entre construções fráscas anómalas, resultantes do desconhecimento ou da má aprendizagem das regras da gramática do PE e aquelas que derivam da mudança linguística havida, em função da influência das línguas locais bantu. Estas medidas fariam com que o PM, fruto de influência natural de tradições culturais e hábitos linguísticos bantu sobre o PE, passasse a ser visto como norma típica dos moçambicanos em uso no seu dia a dia, e não necessariamente como PE mal formulado, porque, de acordo com Kangas (2019), a terra, a língua e cultura são elementos constitutivos da identidade de um povo e dele indissociáveis.

⁷ Novo Código Penal, Art. 461, N^o1, in Jornal STV, 2020.

Referências Bibliográficas

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. (2004). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- FIRMINO, G. (2008). Aspectos da Nacionalização do Português de Moçambique. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto Alegre, Vol. 9, p115-135, disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/34455>>. Acesso: 25 Fev. 2021.
- GARRET, P. (2006) Language Contact and Contact Languages. In A. Duranti (ad.) *A Companion to Linguistic Anthropology* 46-72 Malden: Blackwell.
- GROSJEAN, F. (1998). Life with Two Languages. *An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GONÇALVES, P., MORENO, A., TUZINE, A., DINIZ, M. & MENDONÇA, M. (2005). *Estruturas Gramaticais do Português Oral de Maputo*. In Gonçalves P.; STROUD, C. (org.) Panorama do Português Oral de Maputo – Vol.III. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- GORSKI, E., MAY, G. & SOUZA, C. (2010). *Sociolinguística*. Florianópolis: UFSC.
- Jornal O País. (2019) Edição No. 1.015. Maputo.
- MATEUS, M., BRITO, A., DUARTE, I. & FARIA, I. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª Edição, Lisboa, Caminho.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. (2010). *Mapa Linguístico de Moçambique*. Disponível em <http://www.mec.gov.mz/> Livro % 20 Escolar/ 4 Classe/ Aluno . pdf. Acesso: 25 Fev. 2021
- NHATUVE, D. (2017). *Reflexão sobre Normatização do Português de Moçambique*. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7123.pdf>>. Acesso: 25 Fev. 2021.
- NGUNGA, A. (2004). *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Novo Código Penal. Art. 461, N°1. (2020). In: Jornal STV.
- PONSO, L. (2017). Situação Minoritária, População Minoritária, Língua Menor: *Uma Reflexão Sobre a Valoração do Estatuto da Língua na Situação de Contacto Linguístico*, Vragota, Vol. 22, no. 42.

SKUTNABB-KANGAS, T. (1988). Multilingualism and the Education of Minority Children. In: ed. T. Skutnabb-Kangas and J. Cummins (orgs.). *Minority Education: From Shame to Struggle*, Pp. 9 – 44. Clevedon: Multilingual Matters.

UniRovuma. (2019). *Bases e Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação na UniRovuma*, Art 43. Nampula.

WENDEL, J. & HEINRICH, P. (2012). A Framework for Language Endangerment Dynamics. The Effects of Contact and Social Change on Language Ecologies and Language Diversity. *International Journal of the Sociology of Language*. 218:145-166.
